



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

TERRITÓRIO USADO E PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL: DA DINÂMICA DOS LUGARES
AO PROJETO NACIONAL

Markelly Fonseca de Araújo (Universidade de São Paulo) - markellyfonseca@usp.br

Pós-graduanda no Programa de Geografia Humana

TERRITÓRIO USADO E PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL: da dinâmica dos lugares ao projeto nacional

Resumo:

O planejamento territorial (governamental) desde sua origem, no contexto nacional, possui sua concepção fundamentada em perspectivas economicistas. No período atual (técnico-científico-informacional) o Estado brasileiro ainda elabora planos setoriais apesar do enunciado conter conceitos territoriais. Os planos que tem-se produzido são PROGRAMAS DE GESTÃO, bem distanciados da POLÍTICA (com P maiúsculo), portanto, sem considerar o território usado como categoria de análise social. Esses planos ainda concebem o território apenas como palco ou substrato material para as ações planejadas. A Geografia Renovada¹ desenvolve um diálogo com o planejamento, pois compreende o território como ativo, praticado, como sinônimo de sociedade em movimento. Assim, o planejamento territorial carece de metodologias que abarquem as dinâmicas dos lugares como expressão do uso do território. Através dos fundamentos metodológicos da Geografia Renovada ensaiam-se propostas para o planejamento territorial brasileiro, necessitando de investimentos maciços em pesquisas para produção de conhecimento sobre o território praticado, fomentar a implementação da pedagogia cidadã² e do monitoramento do uso território para a elaboração de políticas, planos e programas territoriais de gestão.

Palavras chaves: Território Usado, Planejamento Territorial, Lugar, Planejamento Urbano e Regional.

Introdução: Da força das idéias à produção da realidade

Qual nossa compreensão da realidade no lugar onde vivemos?

O que tem sido feito política e cientificamente para as mudanças sociais e o conhecimento dessa realidade?

Souza (1995) nos inspira na formulação desses questionamentos ao nos ensinar que a Geografia é o texto do mundo. O texto geográfico é a revelação concreta desse mundo. Este se configura historicamente como um sistema de objetos indissociado de um sistema de ações, materialmente impregnado de História. Como o mundo é uma abstração, é no lugar que vislumbramos a realidade concreta, pois cada lugar revela a sua maneira o mundo – singularidade e universalidade (SOUZA, 2006).

Por isso a Geografia é o texto da compreensão da totalidade em movimento, que é o mundo, e será cada vez mais eficaz na produção desses textos quanto mais esteja engajada no debate e na busca do conhecimento do presente para a prospecção do futuro (SOUZA, 2002).

Quando se quer entender o homem e sua vida (espaço da existência) deve-se averiguar quais são suas idéias, nos ensina Ortega Y Gasset (2005). Assim a vida humana é constituída por crenças básicas e viver é ter que saber lidar com as crenças e com algo a mais, com o mundo e consigo mesmo.

Esses pensamentos ou idéias se põem como valor de realidade (ORTEGA Y GASSET, 2005). Por isso o estudo do meio técnico-científico-informacional³ expressão da geografia do presente expõe os conteúdos sociais de sua produção que condicionam ações futuras. Enquanto sociedade criamos uma **psicoesfera** – reino das idéias, crenças, emoções, racionalidades produzindo sentidos e, conseqüentemente, produzimos também uma **tecnoesfera** – próteses territoriais, sistemas de engenharia, objetos técnicos/geográficos (SANTOS, 2009a).

Por isso o entendimento científico dos conteúdos ideológicos, culturais, sociais e políticos são imprescindíveis na explicação da realidade para o processo de planejamento territorial. Este deve se aprofundar no estudo do território usado e da teoria do lugar que é o espaço do acontecer solidário (SANTOS, 2009a), da co-presença e da co-existência (SOUZA, 2005), onde a vida acontece. Assim, investigando e desvendando as dinâmicas dos lugares por meio da metodologia geográfica, o planejamento territorial possuirá fundamentos para a tomada de decisões imediatas e futuras na viabilização das políticas de interesse coletivo.

Desta maneira, o território usado é uma categoria social de análise fundamental ao processo de planejamento territorial, pois, revela todos os usos que a sociedade realiza no processo de construção da História, através da dinâmica dos lugares. “O território são

formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado (SANTOS, 1996, p. 16)”.

A verdade ou falsidade das idéias/teorias é uma questão de política interior dentro do mundo imaginário das idéias, no plano do indivíduo, como também no campo coletivo. Uma idéia é verdadeira quando corresponde a idéia que temos da realidade. Entretanto, nossa idéia de realidade não é a nossa realidade. Esta é tudo aquilo que temos para viver (ORTEGA Y GASSET, 2005).

Assim, entende-se a importância do mundo das idéias na constituição do meio técnico-científico-informacional, por que o “mundo é um conjunto de possibilidades (SANTOS *apud* SOUZA, 1995, p. 1)”. Essas possibilidades podem ser reveladas por esse meio atual que nos permite conjecturar sobre o futuro.

Essa compreensão é crucial na concepção do planejamento territorial, sobretudo, para elaboração do projeto da nação brasileira, bem como de um processo de produção de planos dinâmicos que expressem os usos do território, e promovam justiça socioespacial, isto é, acesso a todos de bens e serviços de interesse coletivo (SOUZA, 2009c).

Uma abordagem sobre o conhecimento do planejamento governamental brasileiro se faz necessária logo de início para argumentar sobre a idéia central deste artigo qual seja a inexistência do território como categoria de análise social, no planejamento governamental brasileiro.

A partir deste conhecimento, inicia-se o diálogo entre a Geografia Renovada e o Planejamento Territorial, para sugerir alguns fundamentos de uma metodologia para concepção do Plano e do monitoramento do uso do território.

Esse artigo, portanto, busca trazer alguns fundamentos teórico-metodológicos que auxiliem no diálogo científico entre a Geografia e o Planejamento, mediado pela Política.

1. O planejamento governamental no Brasil e sua configuração atual

A origem do planejamento aplicado racionalmente no processo político se dá na ex-URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) adotando posturas e concepções político-ideológicas para planificação da economia (SOUZA, 2009b).

No pós Segunda-Guerra Mundial o planejamento é adotado pela economia capitalista para a reconstrução dos países arrasados pela guerra. Nesse contexto, o planejamento esteve diretamente relacionado com o desenvolvimento do capitalismo e direcionado as propostas economicistas. Surge então o planejamento indicativo, até hoje adotado e praticado no planejamento governamental de muitos países, como no caso brasileiro (SOUZA, 2009b).

O planejamento realizado no Brasil ainda encontra-se orientado pelas concepções economicistas, mesmo que embasados por discursos de sustentabilidade e redução das desigualdades. O foco prioritário é a reprodução do capital ficando o atendimento das demandas sociais a reboque desse processo (SANTOS, 1994; SOUZA, 1988).

Existe um planejamento do capital pelo qual o território é preparado para o uso exclusivo das empresas. Assim, o Estado produz um meio técnico-científico-informacional, um território fluído, criando objetos geográficos e/ou infra-estruturas que garantam o uso do território por essas corporações. Essas são as chamadas zonas luminosas, zonas de altas densidades técnicas (SANTOS, 2009b).

O planejamento econômico no Brasil nasce com os planos de Governo do Presidente Getúlio Vargas.

Entretanto, é somente com o plano de metas do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek que o planejamento governamental passa a agir sistematicamente na modelagem do território brasileiro, segundo interesses políticos, revelados pelo discurso de interiorização da capital federal, interiorização do desenvolvimento, da defesa e da integração nacional.

As políticas econômicas governamentais expressam, de maneira bastante clara, o modo pelo qual o território se configura, evidenciando uma estratégia de regulação do território.

Estudando o planejamento econômico Ianni (1991) caracteriza as duas tendências da história da política econômica governamental brasileira a partir de 1930: a primeira é uma estratégia de desenvolvimento nacionalista 1930-1945, 1951-1954 e 1961-1964 com a formação de um capitalismo nacional; a segunda é de desenvolvimento associado 1946-1950, 1955-1960 e desde 1965 na qual o capitalismo é associado, onde coexistem as duas fases (nacionalismo e capitalismo associado).

A história do planejamento do uso do território brasileiro, segundo uma abordagem geográfica, também surge na década de 1930. Seu foco de atuação se dava no nível mais local e regional, e assim segue até a década de 1950. A partir daí o território nacional começa a ser o foco dos estudos e do planejamento nacionais, que tem como referências os estudos do IBGE e a elaboração das diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano em 1974 (SOUZA, 1988).

No I Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND – a intenção política para realizá-lo estava concentrada na integração nacional, possuindo uma forte concepção técnica e científica, não havendo os antagonismos do II Plano – II PND⁴. Neste, para sua elaboração, fica evidenciado no seu texto uma disputa entre duas concepções, uma globalista que tentava lidar com o território, categoria de análise social, e a outra setorialista, possuidora de visão fragmentada que entendia o planejamento como a somatória dos setores:

habitação, transporte, saneamento, gestão administrativa, finanças. Esta visão foi adotada e até hoje continua dando o tom do planejamento governamental. A adoção da visão setorialista deve-se a influência das abordagens do funcionalismo e positivismo na ciência como noção de realidade (SOUZA, 2004).

E mesmo com os esforços realizados pela política de planejamento brasileiro ainda há uma grande dificuldade para a elaboração da política nacional de uso do território. Isso se explica pelas decisões tomadas anteriormente, pela concepção de elaboração dos planos do território como palco e pela incompreensão da noção de espaço geográfico como instância social (SOUZA, 2004).

Essa é a origem do planejamento concebido setorialmente. A ação é setorial, mas a concepção do plano precisa ser territorial, fato ainda inexistente no Brasil. As prioridades são estabelecidas pelos setores e não a partir dos lugares e da visão da totalidade do território nacional, ou seja, não planejam a partir do lugar, exigência central do que se deveria chamar de verdadeiro planejamento democrático (SOUZA, 2004).

É dessa maneira que o planejamento até aqui praticado no país contribui para a constituição das concentrações/densidades no território nacional, isto é, da concentração de riqueza.

Conclui-se, então, que o processo do planejamento governamental provocou a intensificação das desigualdades socioespaciais no país (SOUZA, 2002). Por desigualdades socioespaciais entende-se como uma combinação entre a pobreza estrutural e brutal com a riqueza altamente concentrada, implicando num paradoxo que “[...] se reverte a cada dia em um cruel, persistente e agravante sistema de pobreza, com todas as suas conseqüências desumanas: a fome, as epidemias, a violência, que afeta toda população brasileira, mas sobretudo os mais pobres (SOUZA, 1994, p. 26)”.

Conforme o Estado utilizar seus recursos para facilitar direta ou indiretamente a concentração da produção, ou utilizá-los para fornecer serviços locais à população, os resultados são bem diferentes. Mas o problema não é só querer, e sim também poder, uma vez que as concentrações levam aos monopólios, e estes compartilham com o Estado tanto a poupança popular como o poder decisório que utilizam em favor próprio, ou seja, agravam ainda mais a concentração (SANTOS, 1979, p. 100).

Portanto o Brasil não se desenvolveu, se modernizou, pois o desenvolvimento verdadeiro só existe quando a sociedade se beneficia por completo, e não apenas segmentos dela (FURTADO, 2002). É nesse sentido que precisa-se caminhar. Mas, a ação do Estado brasileiro atual ainda é destinada as demandas da “democracia do mercado”, investindo na preparação do território para as empresas (uso corporativo do território). “De

tal forma, o Estado acaba por ter menos recursos para tudo o que é social (SANTOS, 1997, p. 17)”.

Inspirados em Santos (2009b), quando desenvolve a tese da metrópole corporativa e fragmentada⁵ é que falamos no processo do planejamento corporativo ou planejamento das empresas ou planejamento indicativo. Assim, o Estado ao projetar o território beneficia as empresas/corporações (enfoque economista), fragmentando o território e produzindo as zonas de densidade e as zonas de rarefação⁶.

No Brasil inexistem cidadãos, existem consumidores que esperam privilégios do Estado. Há uma deformação na concepção da cidadania e no exercício político, ocasionando produção de leis que não vislumbram as reais urgências territoriais, criando angustiantes periferias precárias, valorizando alguns lugares em detrimento de outros, gerando segregação (SANTOS, 1987; YAZIGI, 2009).

Também inspirados em Furtado (2002) e Santos (1979) afirmamos que as profundas desigualdades socioespaciais foram produzidas pelo processo de formação socioespacial brasileira⁷.

Deste modo, um exame acurado dos fundamentos teóricos e empíricos e dos princípios que regem o planejamento territorial brasileiro nos fornece elementos para a investigação acadêmica, e, sobretudo, para vislumbrar a correção do caminho desse planejamento. As correções urgentes são referentes à falha na montagem, elaboração e concepção das políticas e planos, bem como do próprio sistema de planejamento, que necessita do conhecimento profundo do território, isto é, dos usos do território (SOUZA, 1988).

Então, o planejamento é uma razão política. Planejar é refletir antes de agir; antecipar para prevenir; compreender o presente para o futuro desejado. Dessa forma, o planejamento é um processo político de reflexão prospectiva, que organiza politicamente as ações (sob forma de políticas, programas e projetos) para a tomada de decisões e formulação das políticas (SOUZA, 2009a).

Para tanto a razão política

[...] é algo que vai além do eu, dos meus pequenos interesses, das minhas pequenas ambições, dos meus pequenos sonhos, das minhas pequenas realidades para abranger o “nós”. E quanto mais esse “nós” for abrangente, quanto mais este “nós” incluir todo mundo, mais política haverá. Não é a política do “eu”, não é a política de uma classe só, não é a política de um grupo só, não é a política de uma empresa só, não é a política de um município só, não é a política de um estado só A política é, por natureza, aquilo que abraça a tudo e a todos e que busca, a partir de tudo e de todos, construir um sistema de vida; [...] tem que ser buscada a partir de todos. A política é ação (SANTOS, 2007, p. 24).

Desse modo, o planejamento deve ser sistematizado complexamente, planejando para um curto, médio e longo prazos. O curto prazo planeja uma ação emergente, por exemplo, socorrer uma catástrofe, um grande evento urbano; o médio prazo são os planos de governo e o longo prazo é o projeto nacional, ou o planejamento nacional, que deve possuir a visão da totalidade para atingir a todos e não apenas a alguns (SOUZA, 2009a).

Atualmente embora a proposta de planejamento do Governo Federal apresenta-se como direcionada para um enfoque territorial, sua abordagem ainda não explicita a adoção do território usado como categoria de análise social, logo, do planejamento; refere-se apenas à base político-administrativa, conforme exhibe o texto abaixo:

Inserir a dimensão territorial no planejamento significa eleger o território como **plataforma** [grifo nosso] de integração das políticas e, assim, situar-nos no cerne do debate acerca da eficiência e qualidade dos gastos públicos. Para isso, precisamos incorporar metodologias, ferramentas e práticas modernas orientadas para resultados e foco no cidadão (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2008, p. 10).

Contudo, esse discurso revela que o território é considerado como base de integração das políticas (setoriais), revelando, portanto, com clareza a adoção de uma concepção ultrapassada de território como palco, o qual recebe as ações como se elas não fossem concebidas politicamente (SOUZA, 2004).

o território [...] não é um espaço inerte, uma plataforma apenas sobre a qual os homens exercem a história. O território com o qual vamos trabalhar não é o território em si, mas o território usado, [...]. O território que é um lugar de todos nós; o território não exclui ninguém. A economia exclui, mas o território não. Então o território é veraz, e é por isso que a geografia é igualmente veraz (SANTOS, 2007, p. 23).

Essa é a grande questão, pois ao planejar o território somente como substrato (território palco), não considera o território ativo e agente.

É evidente que as contradições e diversidade sempre existirão, pois essencialmente os homens são desiguais (ORTEGA Y GASSET, 1961), logo produzem territórios, regiões, lugares e paisagens que expressam essas diversidades. “Indiscutivelmente não se trata apenas do diverso, mas do desigual (SOUZA, 2002, p. 2)”. A questão das desigualdades socioespaciais é perversa e estrutural, principalmente nos países do mundo subdesenvolvido.

Assim, o planejamento territorial, na perspectiva do território como categoria social, exhibe o que deva ser tratado no tempo imediato, no médio e no longo prazo, de modo a constituir a justiça socioespacial.

2. A Geografia Renovada e o Planejamento Territorial: contribuições teórico-metodológicas

O conhecimento geográfico, pelo exposto até aqui, é imprescindível para o planejamento. A geografia, na proposta da matriz teórica da Geografia Renovada, propõe o planejamento territorial como condição para a instituição do verdadeiro planejamento democrático e popular.

O cidadão no lugar onde vive deve usar as possibilidades que lhe convém, e os objetos geográficos que lhes são essenciais⁸ a manutenção da vida. É claro que a discussão do essencial é questão complexa, entretanto, existencialmente o ser humano para viver necessita de alimentação, habitação, lazer, educação e saúde. O indivíduo adquire valor diferenciado segundo o lugar onde vive (ORTEGA Y GASSET, 1961; SOUZA, 2009a, SANTOS, 1987).

Pensa-se e explica-se o território pela sociedade, o território é a sociedade⁹. O território usado, espaço geográfico historicizado é objeto e ação indissociáveis, é agente, pois se constitui a partir do movimento da sociedade e das rugosidades¹⁰. A idéia de território ativo (usado) envolve a noção de prático e inerte¹¹.

O conceito de território ativo, usado, praticado, é uma das contribuições da geografia para a constituição do processo de planejamento – a discussão do território enquanto os usos sociais, sua configuração e o meio técnico-científico-informacional.

Como planejamento governamental o planejamento territorial deve ter em foco o território nacional, estadual, ou municipal.

O processo de planejamento deve entre suas inúmeras tarefas elaborar planos que forneçam mais que uma base de ação, sejam dinâmicos, e que exibam variáveis para o entendimento e exibição da dinâmica, das mutações e da complexidade da realidade. Assim colaboramos validamente na tomada de decisões (SANTOS, 1979).

Condenamos simplesmente aquele planejamento que é o do capital. Desejamos vê-lo substituído por outro basicamente preocupado com a sociedade como um todo e não com aqueles já privilegiados. [...] Esta ética nos permitirá reconhecer o espaço como o reino de todos os homens e não como o campo de exercício do capitalismo. Isto significa que deve-se estar preocupado com o espaço social, o espaço de todos, e não com o espaço de empresas, o espaço de alguns, erroneamente chamado de "espaço econômico" (SANTOS, 1979, p. 23).

Assim, para o processo de planejamento é crucial a concepção e desenvolvimento de planos que trabalhem com o território usado, pois este está eivado pela História.

Mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche. Seu papel ativo faz-nos pensar no início da História, ainda que, nada seja como antes (SANTOS, 1996, p. 15).

Outra forma da Geografia dialogar com o Planejamento Territorial é através das regionalizações, que são instrumentos estratégicos para a ação política, que produzem novos meios e reconfiguram o território nacional, estadual e municipal. A região e a regionalização objetos precípuos do trabalho do geógrafo, merecem atenção acurada diante dos princípios metodológicos da Geografia Nova e da Geografia Renovada. A região deixa de ser o objeto de estudo da geografia para se tornar instrumento poderoso do planejamento territorial (SOUZA, 2009a).

O processo de regionalização portanto é complexo, devido à variabilidade do conceito regional. Segundo Souza (1976) essa complexidade se dá pela multiplicidade de objetivos para os quais a região pode ser definida. Entretanto a questão regional deve expor a multiplicidade das atividades humanas que promovem uma continuidade e complementaridade dos aconteceres no território como nos ensina Santos (2009a).

Souza (2009a) trabalha com o processo de regionalização ligado ao entendimento dos aconteceres homólogos, complementares e hierárquico, baseando-se em Santos (2009a). O acontecer homólogo é relacionado às áreas de produção modernas, com informação especializada, gerando contigüidades funcionais. “O acontecer complementar é aquele das relações entre cidade e campo e das relações entre cidades, conseqüência igualmente de necessidades modernas da produção e do intercâmbio geograficamente próximo (SANTOS, 2009a, p. 166-167)”. O acontecer hierárquico resulta da racionalização de lugares externos que se dão como vetores no lugar que os recebem.

Disso decorrem os conceitos de verticalidades e horizontalidades. As verticalidades são pontos no espaço, separados uns dos outros, que asseguram o funcionamento da economia, ou seja, são vetores de modernização entrópicos que trazem desordem aos lugares em que se instalam estabelecendo uma ordem segundo seu próprio benefício. Enquanto as horizontalidades são produzidas pela vida atual de um grupo humano e suas relações com o lugar, intermediados pela técnica e pela estrutura social, são extensões formadas por pontos que se agregam sem descontinuidade, isto é, extensões que se fortalecem a partir de ações localmente constituídas, de uma coesão social e do interesse coletivo (SANTOS, 2009a).

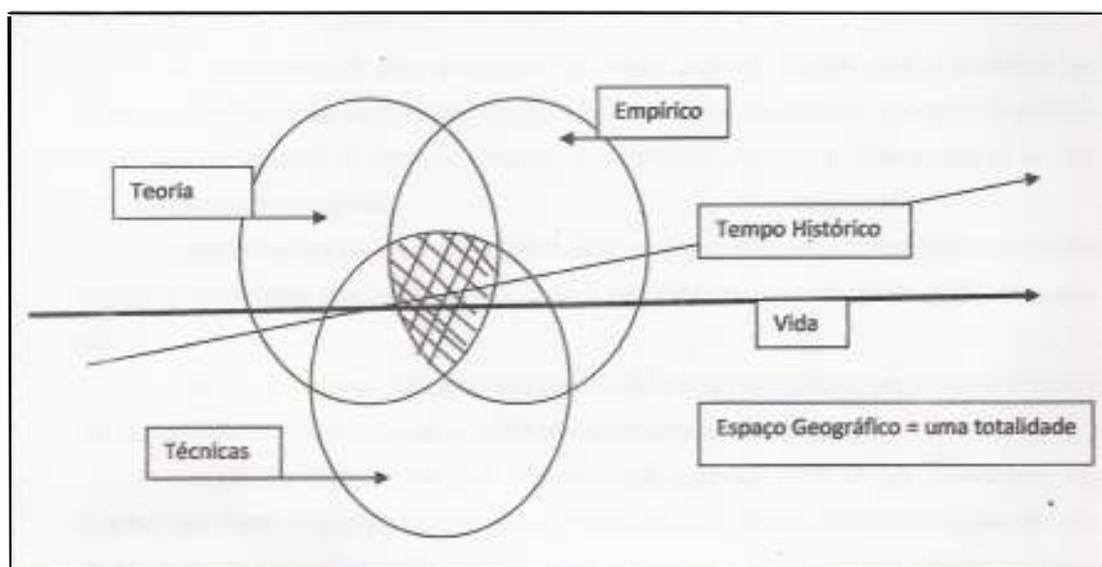
Atualmente, no período técnico-científico-informacional, podemos falar em conexões geográficas, um conceito que dá simultaneidade a temporalidade e espacialidade. As conexões geográficas são duas escalas diferentes ou lugares não contíguos que realizam a universalização do tempo e espaço diferenciados no lugar pelo que eles

expressam de mundo, isto é, singularidade e simultaneidade, ou seja, é a conexão de escalas diferentes no mundo que se caracteriza pelo cotidiano proporcionando outra dinâmica que não necessita de redes (SOUZA, 1993).

Esses conceitos contribuem para o entendimento da configuração territorial, que se expressa pelo “[...] território mais o conjunto de objetos existentes sobre ele; objetos naturais ou objetos artificiais que a definem (SANTOS, 2008, p. 83)”. “É esse conjunto de todas as coisas, arranjadas em sistema, que forma a configuração territorial cuja realidade e extensão se confundem com o próprio território de um país (SANTOS, 2008, p. 84)”. A configuração territorial é uma totalidade, um todo, ainda que inerte. É pelo entendimento da configuração territorial que explicamos o meio geográfico atual, que expressa conteúdos do tempo presente.

Metodologicamente o Esquema 1 mostra a intercessão dos três motes a serem trabalhados pela Geografia no processo de planejamento. A teoria, o empírico e as técnicas, esses três motes são perpassados pelo tempo histórico e suas decisões e definições políticas. A intercessão desses três motes é o texto geográfico para a explicação das totalizações¹² dos eventos¹³ e processos no uso do território e nos lugares para a elaboração dos planos.

A linha que perpassa a interseção dos três motes é a vida, cuja a manutenção deve ser a preocupação do planejamento territorial, ou seja, do espaço vivido. Deve-se, portanto, pensar a partir do território usado quando se formula o planejamento, e não a partir dos setores (educação, saúde, transporte etc.).



Esquema 1 – A inter-relação dos motes de abordagem da disciplina geográfica para o planejamento.

Fonte: anotações das aulas expositivas, (SOUZA, 2009a).

Nessa problemática do planejamento e inspirados em Ler Corbusier (2008) ao falar sobre a arquitetura como expressão do espírito, dos projetos e meio de uma época, demonstramos a importância de compreensão e explicação da configuração territorial para a tomada de decisões em que a ética e o compromisso com a sociedade brasileira como todo esteja presente. Assim, o planejamento forja as ferramentas para a vida.

3. O plano e o monitoramento do uso do território: ensaio metodológico

O primeiro passo para a elaboração de planos é a formulação dos instrumentais para o conhecimento da realidade que se deseja planejar. Esses instrumentos são produtos para a compreensão da contemporaneidade. Logo, hoje o instrumental principal do planejamento e monitoramento do território são os SIGs – Sistemas de Informação Geográfica que possibilitam o uso de variáveis que permitam o conhecimento da realidade pela sua representação através dos cartogramas temáticos. A cartografia que não deve ser confundida com desenho de mapa é a ferramenta indispensável para a definição do processo de planejamento.

Esquematizando etapas metodológicas, de acordo com Souza (1979), o plano deve ser elaborado após algumas fases fundamentais:

- a) Um intenso levantamento sobre o território seja pela coleta de dados primários e/ou secundários (consoante as variáveis chaves);
- b) Tratamento desses dados para a produção das cartografias ou utilização daqueles já existentes;
- c) Produção das cartografias temáticas e análise do banco de dados;
- d) Entrega de relatório com a leitura territorial.

Todavia o Brasil ainda possui um sistema de informações e produção de dados que carece de integração e articulação. É difícil realizar a compatibilidade entre os bancos de dados das diversas instituições e demais órgãos oficiais públicos. Também há uma incipiente disponibilidade ou acesso as informações para os pesquisadores e cientistas, acarretando grandes dificuldades para uma leitura territorial mais reveladora dos processos e dinâmicas do uso do território e dos lugares. Por isso insi-se que deva haver um investimento profundo no conhecimento dos usos do território nacional (SOUZA, 1988).

A produção do conhecimento dos usos do território no país segundo experiências de pesquisas e trabalhos de diversos pesquisadores e cientistas exibidos em conferências ainda precisa ser ampliadas, sistematizada e interligada entre os sistemas de planejamento das entidades federativas de forma que se entenda o território nacional na sua totalidade.

Outro investimento crucial ao planejamento territorial deve ser o fomento da pedagogia cidadã que permite ao cidadão um conhecimento do seu lugar e o exercício da sua cidadania. Esse conceito surge no período atual dada à possibilidade de difusão da informação e rapidez da comunicação entre as pessoas (SOUZA, 2000).

A pedagogia cidadã é o processo que, a partir de trabalhos sistemáticos dá acesso a informações sobre o lugar para os indivíduos que lá vivem, ou qualquer informação sobre o uso do território, e até mesmo sobre o mundo, objetivando a utilização, na prática cidadã, para a reivindicação de direitos e exercício dos deveres. Assim, a prática da pedagogia cidadã investe na informação como estratégia desse mundo novo, para enfrentar os problemas cotidianos e criar uma cultura da informação, visando à constituição da memória do lugar como possibilidade de conhecimento da sua formação territorial (SOUZA, 2000).

Com a pedagogia cidadã e a tecnologia da informação é possível a criação de um canal direto entre a sociedade, à partir do indivíduo, e as informações sobre a cidade, o Município, o Estado e a Nação, dependendo da integração do sistema, pois o seu objetivo maior é a formação de um sistema nacional que vislumbre os lugares, que entenda e planeje a partir da dinamicidade do lugar. Esse canal de informação deve ser transparente e gerenciado por instituições idôneas (SOUZA, 2000).

Para implementar a pedagogia cidadã deve-se investir na disponibilização das informações, cartogramas e demais produtos que expressem a realidade. Junto a esse investimento é imprescindível o processo de educação dos cidadãos, principalmente nos primeiros anos de estudo, estimulando com atividades criativas e atrativas o interesse das crianças e jovens pela pesquisa e pelo conhecimento geográfico do lugar onde vivem, do Brasil e do mundo (SOUZA, 2000).

Logo, a prática do planejamento e do monitoramento do território pela sociedade por meio de comitês ou diretórios regionais e diretórios do lugar é um processo que se faz urgente, porém árduo (SOUZA, 2009c).

Considerações finais: Do Brasil do presente ao Brasil do futuro: pensando num projeto de nação

Introduziu-se a importância das idéias na produção da realidade e sua relação com a constituição do território usado, particularmente o território brasileiro, conseqüentemente sua contribuição para o diálogo com o planejamento governamental.

Os planos expressam a concepção política e o direcionamento das ações prioritárias. Deles decorrem os usos legalizados do território nacional, principalmente, o uso corporativo do território. Mas os planos devem oferecer as ferramentas para a manutenção da vida de todos os cidadãos brasileiros nos lugares onde vivem.

Embora os planos de governo evidenciem o combate às desigualdades socioespaciais a sua leitura revela que seus conteúdos constitutivos fundamentam-se na adoção de alguns conceitos já defasados, principalmente o conceito de território como palco, o que proporciona um distanciamento da compreensão dos usos do território e da dinâmica dos lugares. Mormente colaborando com a intensificação do meio técnico-científico-informacional, do qual se beneficia, sobretudo, as empresas.

O planejamento governamental brasileiro serve as corporações, isto é, um planejamento do capital, um planejamento corporativo e o seu desenvolvimento intensificam as desigualdades socioespaciais no Brasil.

Considera-se o conceito de território usado como fundamental na construção do planejamento territorial, ainda inexistente na realidade brasileira. O planejamento governamental brasileiro para tornar-se territorial de fato, e não apenas em enunciado, deve utilizar a categoria território usado, uma vez que o território usado expressa todos os usos sociais e propõe metodologias para pensar a partir dos lugares.

Somente com o desenvolvimento do planejamento territorial alcançaremos a prática do planejamento democrático e popular, ou seja, quando os planos contemplarem o lugar, espaço do acontecer solidário, co-presença e co-existência, a democracia e a participação social se efetivarão.

Insiste-se, então, como primeiros passos, um processo de pesquisas para o conhecimento profundo dos usos do território brasileiro, e, conseqüentemente o entendimento da configuração territorial, outro conceito no processo de compreensão do presente e desenvolvimento do planejamento territorial.

Por conseguinte, é no enfrentamento dos problemas atuais que se vislumbra o futuro. Deste modo, o planejamento deve antecipar a resolução dos problemas nacionais, dos problemas do lugar, bem como oferecer ao cidadão mecanismos ao conhecimento do seu lugar, de sua região, de seu território nacional e do mundo. Para tanto a pedagogia cidadã é um processo fundamental na realização desses objetivos.

Assim, o planejamento territorial no período técnico-científico-informacional trás para a Geografia novos desafios, principalmente quando consideramos o território usado como categoria social de análise. Torna-se necessário aperfeiçoar as metodologias e transformá-las num instrumental dinâmico para a Política de modo que elas vislumbrem o indivíduo no lugar onde vivem, com os problemas e possibilidades de cada lugar.

Referências

FURTADO, Celso. **Em busca de novo modelo**: reflexões sobre a crise contemporânea. 2. ed. São Paulo: Paz e terra, 2002. 101p.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 5 ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

YÁZIGI, Eduardo. **Saudades do futuro**: por uma teoria do planejamento territorial do turismo. São Paulo: Plêiade, 2009. 573p.

LE CORBUSIER. **Planejamento urbano**. Tradução de Lúcio Gomes Machado. Título original: Mamière de penser l'urbanisme. 3. ed. 2. reimp. São Paulo: Perspectiva, 2008. 200p.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico. **Estudo da dimensão territorial para o planejamento**: sumário executivo. Brasília: Ministério do Planejamento, 2008. v. I. Disponível em: <www.planejamento.gov.br/planejamentoterritorial>. Acesso em: 14 mai. 2009.

ORTEGA Y GASSET, José. **Ideas y creencias**: otros ensayos de filosofia. 6. reimp. Madrid: Alianza, 2005. 197p. (1. Edição 1986)

_____. **Meditación de la técnica**: vicisitudes de las ciencias; bronca en la física, prólogos a la biblioteca de ideas del siglo XX. 4. ed. Madrid: Revista de occidente, 1961. (1. Edição: 1939)

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 5. reimp. São Paulo: Edusp, 2009. 388 p. Coleção Milton Santos

_____. **Da política dos estados à política das empresas**. Caderno da Escola do Legislativo, Belo Horizonte, 3 (6) jan./jun. 1998. p. 9-23. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/CadernosEscol/Caderno6/santos.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2010. Palestra proferida a Escola do Legislativo. Curso de formação política 14 out. 1997.

_____. **Espaço e sociedade**: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979. 156 p.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008. 136 p. Coleção Milton Santos

_____. **Metrópole corporativa e fragmentada**: o caso de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2009. 129p. (1. edição 1990).

_____. **Milton Santos**: globalização, território e política em debate. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2007. 79 p. Conferência realizada em 1998 na UNIVALI.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de.; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território, globalização e fragmentação**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. 322 p. p. 15-20

_____. **Por uma economia política da cidade**: o caso de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1994. 145p.

SOUZA, Maria Adélia A. de. A geografia da solidariedade. **Geotextos**, v. 2, n. 2. 2006 p.171-178

_____. de. Conexões geográficas: um ensaio metodológico: uma versão ainda preliminar. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 71, 1. s. São Paulo: AGB, 1993. p. 113-127

_____. **Fundamentos geográficos do planejamento**: do espaço geográfico a formação territorial e dos lugares. Natal, 27 fev. 2009. Slides de aulas da disciplina Planejamento Urbano e Regional – Curso de Geografia/UFRN.

_____. Geografias das desigualdades: globalização e fragmentação. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de.; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território**: Globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994. p.21-28

_____. **O conceito de planejamento, sua evolução e a predominância hoje do planejamento empresarial (estratégico) na lida republicana**: uma falácia conceitual. Natal, 27 mar. 2009. Slides de aulas da disciplina Planejamento Urbano e Regional – Curso de Geografia/UFRN.

_____. O II PND e a política urbana brasileira: uma contradição evidente. In: DEAR, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004. p. 111-143

_____. O lugar como resistência: uma dimensão da realidade do futuro. In: SILVA, Maria Auxiliadora da; TOLEDO JR., Rubens de; DIAS, Clímaco César Siqueira (org.). **Encontro com o pensamento de Milton Santos**: o lugar fundamentando o período popular da história. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 2005. 284p. p.189-198

_____. **Pedagogia cidadã e tecnologia da informação: um projeto piloto para a periferia sul da cidade de São Paulo.** In: RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Repensando a experiência urbana da América Latina: questões, conceitos e valores.** Buenos Aires: Clacso, 2000.

_____. **Planificação regional: a experiência brasileira de planejamento regional.** São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-FAU, 1979. 32p. Curso de Especialização em Planejamento Regional pela FAU-USP.

_____. **Política e território: a geografia das desigualdades.** Campinas, 5 jun. 2002. Texto apresentado no Fórum Brasil em questão – Universidade de Brasília. Disponível em: <http://www.territorial.org.br/ins_biblioteca.htm>. Acesso em: 22 mar. 2009.

_____. **Regionalização: um tema geográfico e político, o caso paulista.** **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo: Associação de Geógrafos Brasileiros, n. 50, mar. 1976 p. 103-142

_____. **A geografia e o conhecimento do mundo.** São Paulo, 8 e 9 jun. 1995. 11 p. Reunião dos programas de pós-graduação em geografia organizada pela ANPEGE no Departamento de geografia da USP. Disponível em: <http://www.territorial.org.br/ins_biblioteca.htm>. Acesso em: 22 mar. 2009.

_____. **Governo urbano.** São Paulo: Nobel, 1988. Coleções espaços. 84p.

_____. **Metodologia do planejamento territorial urbano e regional: o monitoramento do uso do território como “painel de controle” do processo socioespacial.** Natal, 08 mai. 2009. Slides de aulas da disciplina Planejamento Urbano e Regional – Curso de Geografia/UFRN.

¹ A Geografia Renovada é a denominação dada pela Professora Dr. Maria Adélia A. de Souza, a partir da sua leitura sobre a obra do Prof. Milton Santos.

² Conceito formulado por Souza (2000) para abordar o processo de formação do cidadão consciente do lugar onde vive.

³ O meio técnico-científico-informacional é a expressão geográfica do período atual também denominado de técnico-científico-informacional. É o meio onde os conteúdos das modernizações são altamente densos no território (SOUZA, 2009a).

⁴ Os dois Planos Nacionais de Desenvolvimento foram elaborados no intervalo de 1971 a 1974.

⁵ Corporativa por que o Estado prepara o território para as empresas e fragmentada por que cria lugares rarefeitos de objetos de cidadania para a sociedade

⁶ As zonas de rarefação são porções no território onde existe uma ausência ou escassez dos conteúdos constituintes do meio técnico-científico-informacional (SOUZA, 2002).

⁷ A formação socioespacial é uma complementação ao conceito de formação econômica e social de Marx pela incorporação do conceito de espaço geográfico. A formação socioespacial é compreendida pela totalidade das instâncias econômica, social, política, cultural e espacial (SANTOS, 1979).

⁸ Um aprofundamento dessa discussão encontra-se na obra de vários filósofos, aqueles que nos inspiram: Ortega Y Gasset, Heidegger, só para citar alguns.

⁹ Teorização desenvolvida por Souza (2009a).

¹⁰ Formas geográficas de tempos passados que podem ganhar funcionalidades distintas das originariamente exercidas, como também condicionam novas formas e funcionalidades (SANTOS, 2009a).

¹¹ “O prático-inerte é uma expressão introduzida por Sartre, para significar as cristalizações da experiência passada, do indivíduo e da sociedade corporificadas em formas sociais e, também, em configurações espaciais e paisagens. Indo além do ensinamento de Sartre, podemos dizer que o espaço, pelas suas formas geográficas materiais, é a expressão mais acabada do prático-inerte (SANTOS, 2009a, p. 317)”.

¹² A totalização é um conceito que permite compreender o processo de concretização da totalidade por meio dos eventos. Como a totalidade estar sempre em movimento é pela totalização que se lida com o estudo da realidade (SANTOS, 2009a).

¹³ O evento é flecha do tempo se dando nos lugares, ele cria o tempo, é sempre atual (portador da ação presente). Os eventos são a matriz do tempo e do espaço e encontram-se superpostos uns aos outros (SANTOS, 2009a).